

EDITORIAL

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

O **novo Código de Ética e Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo federal** está sendo elaborado e contamos com sua colaboração para essa importante tarefa. Disponibilizamos um formulário para que sua comissão possa enviar considerações e sugestões sobre o documento.

O Boletim desse mês também traz a cobertura completa do **XXIII Seminário Ética na Gestão**, que aconteceu nos dias 31 de maio e 1º de junho, em Brasília, e reuniu cerca de 400 pessoas pertencentes a mais de 100 instituições da administração pública direta e indireta, de 22 estados brasileiros.

Publicamos, também, informações e fotos da **premiação do VIII Concurso “Boas Práticas na Gestão da Ética”**. Lembramos que as inscrições para a 9ª edição estão abertas até o dia **14 de julho**.

Estão abertas, também, as inscrições para duas turmas do **curso básico de Gestão e Apuração da Ética Pública**. Se você ainda não concluiu essa capacitação, não perca essa chance de participar!

A seção “Fala Comissão” traz a contribuição da **Comissão de Ética da Receita Federal**, que compartilhou conosco um *workshop* realizado com intuito de reunir integrantes da rede de ética do órgão para discussões concernentes às atividades do colegiado.

No texto “**Minuto da Ética**”, tratamos sobre a **Campanha Junho Vermelho e como podemos relacionar o tema ao nosso dia-a-dia no trabalho**. A nossa recomendação é que o “Minuto da Ética” seja distribuído e/ou veiculado nos órgãos e entidades, para disseminação de orientações sobre conduta ética e publicidade ao trabalho das comissões setoriais.

Lembre-se! O Boletim é um instrumento de todo o Sistema. Caso tenha alguma sugestão de texto a ser divulgado, escreva para nós!

Brasília, junho de 2023

Secretaria-Executiva da CEP

DESTAQUE

CEP recebe contribuições de comissões de ética setoriais para elaboração do novo Código de Ética

Dando continuidade às atividades para atualização dos normativos referentes à matéria ética, que teve início em 2021 com estudos feitos pelo [Grupo de Trabalho Interministerial \(GT-Ética\)](#), a Comissão de Ética Pública (CEP) tem recebido contribuições da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para o texto da [Minuta do Código de Ética e Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo federal](#) inicialmente proposto. Neste mês, também será oportunizado às comissões de ética setoriais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal o envio de suas considerações e sugestões acerca do documento.

Assim sendo, foi disponibilizado formulário específico às comissões de ética setoriais por meio do link <https://forms.office.com/r/H5MwizUJ2a>, para que os integrantes do Sistema de Gestão da Ética possam encaminhar considerações e sugestões acerca de passagens específicas da Minuta. Cada comissão participante deve enviar uma única resposta até o dia **5 de julho**.

A CEP entende ser fundamental envolver as comissões de ética na revisão da proposta do normativo, em razão do seu profundo conhecimento e experiência em questões éticas relacionadas ao dia a dia dos agentes públicos em geral.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e pelo empenho dedicados a essa importante tarefa. Com a participação de cada comissão, estaremos mais próximos de estabelecer um novo Código de Ética e Conduta que promova a integridade e a ética em toda a Administração federal.



BOAS PRÁTICAS

Vencedores do VIII Concurso “Boas Práticas na Gestão da Ética” são homenageados durante Seminário

O XXIII Seminário “Ética na Gestão” recebeu, no dia 1º de junho, os vencedores do [VIII Concurso de Boas Práticas](#).

Representantes das comissões de ética setoriais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Companhia Brasileira de Trens Urbano (CBTU) apresentaram as boas práticas premiadas e receberam das mãos do Conselheiro Edvaldo Nilo, em nome da CEP, uma placa em reconhecimento ao trabalho executado em suas instituições.

Foram selecionadas, dentre as 26 inscritas, as seguintes iniciativas:

- ANAC - “Educação para Ética por meio de Guias Práticos”;
- ANS - “Caminhos da Ética”;
- CAIXA - “Comunicação Inclusiva – uso de Tecnologia Assistiva na Propagação da Ética”;
- CBTU - “Empregado, Ética e CBTU juntos nessa missão”.

Todas as práticas inscritas, inclusive as premiadas, estão disponíveis no [Caderno de Boas Práticas de 2022](#). [Além disso, as inscrições para a edição de 2023 do Concurso estão abertas.](#)



COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

INFORMES

Especial XXIII Seminário Ética na Gestão



Nos dias 31 de maio e 1º de junho, ocorreu, em Brasília, o XXIII Seminário Ética na Gestão, que teve como tema central “Ética e Prevenção de Conflito de Interesses”. O evento contou com a participação de conselheiros e ex-conselheiros da Comissão de Ética Pública (CEP), autoridades do Poder Executivo federal e membros de comissões de ética setoriais, todos com o propósito de discutir ética pública e propor políticas públicas para o exercício da gestão da ética. Veja nos Informes do mês tudo o que aconteceu nos dois dias de Seminário, que reuniu, no Auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cerca de 400 pessoas pertencentes a mais de 100 instituições da administração pública direta e indireta, de 22 estados brasileiros.

Seminário

Realizado anualmente, o Seminário Ética na Gestão tem como principais objetivos compartilhar experiências e instrumentos para a disseminação da ética no Poder Executivo Federal; avaliar as ações de gestão da ética na administração pública e promover debates envolvendo agentes públicos, especialistas e sociedade civil, acerca de temas relacionados à ética. O evento é promovido pela Comissão de Ética Pública, com o apoio de sua Secretaria-Executiva.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

XXIII Seminário Ética na Gestão tem início em Brasília



Teve início na tarde do dia 31 de maio o [XXIII Seminário Ética na Gestão](#), promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP), que teve como tema principal “Ética e Prevenção de Conflito de Interesses”. Durante a abertura, o presidente da CEP, Edson Sá Teles, Presidente da Comissão de Ética Pública, tratou sobre a necessidade de atualização dos normativos referentes à matéria ética e da parceria estabelecida com a Controladoria-Geral da União para este propósito, bem como para a difusão da cultura ética. “Celebraremos, nesta ocasião, um acordo de cooperação para continuarmos realizando trabalhos que vêm sendo feitos desde janeiro. Esse trabalho em conjunto com a CGU é muito importante para aproveitarmos o domínio e experiência de ambas as instâncias e para que, ao fim, não haja qualquer dúvida acerca de sombreamento entre matéria ética e disciplinar.”

Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ressaltou o importante papel da CEP e das comissões de ética setoriais para disseminar informações relevantes para a promoção da cultura de integridade na Administração Pública. “Para garantir a confiança da população, que é uma das missões do nosso Ministério, temos que promover a prática da ética, da integridade e da transparência. Ao longo dos dois dias de seminário vai ser possível discutir

e trocar experiências que permeiam o amadurecimento das práticas e do comportamento ético que deve reger a gestão pública.”

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, afirmou, em sua fala, que a prevenção é muito mais relevante que a coibição e, sendo assim, destacou a importância da difusão de informações para que as pessoas possam tomar decisões. Assim como o presidente da CEP, Vinicius de Carvalho também abordou o acordo como mais um passo da gestão pública no aprimoramento do Sistema de Gestão da Ética. “A CEP e a CGU têm competências compartilhadas com relação à gestão do Sistema da Ética. O acordo será, justamente, para que haja uma atuação em conjunto e que ambos os órgãos possam executar suas ações de forma a prevenir a existência de conflito de interesses em busca de uma coerência no sistema”.

Após a abertura, o presidente da CEP e o Ministro de Estado da CGU assinaram o documento que prevê a promoção de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações, tecnologias e metodologias relativas à governança; ao aperfeiçoamento de atos normativos relativos à ética pública e ao conflito de interesses; ao aprimoramento



da modelagem de sistemas informatizados, com o intuito de aperfeiçoar ferramentas de gestão da ética pública; à conduta ética do agente público; à instituição de melhores práticas na gestão da ética pública e na prevenção do conflito de interesses no âmbito da Administração Pública; à disponibilização de mecanismos para difundir boas práticas relativas à ética e à prevenção do conflito de interesses na Administração Pública; à promoção de eventos conjuntos sobre temas de interesse comum; e à promoção de treinamentos e cursos de capacitação.

Palestra Magna

Jorge Messias, Advogado-Geral da União, falou, em sua palestra, sobre o afastamento da sociedade na construção de políticas públicas nos últimos anos e da necessidade de uma reaproximação nesse quesito. “Vivemos um momento em que a sociedade brasileira demonstra uma baixa confiança no Estado e parte disso tem relação com o que ela percebe de apropriação de interesse público e interesse privado. Nesse sentido, a CEP tem papel decisivo na superação desse processo”.

Messias também disse que o afastamento da sociedade acaba gerando dúvidas acerca da atuação do Estado e que é fundamental o resgate dessa confiança para que se tenha capacidade de formulação de políticas públicas mais robustas. “É essencial pensar em como



podemos criar instrumentos de participação popular para que a sociedade atue de forma legítima nos processos de construção das ações públicas, sem que haja interferência dos interesses particulares sobre os públicos. Quando a sociedade trabalha com o governo, temos melhores condições de cumprimento das obrigações públicas. Também é importante saber que o sistema de integridade não é exclusividade do meio público, ele também tem sido fortalecido no âmbito privado. A atuação dos sistemas de ética também pode oferecer ao particular uma forma mais segura no que diz respeito a como participar das ações do Estado”.

Por fim, reconheceu o esforço da CEP para entrosar toda a Administração Pública com os paradigmas da ética. “Essa é uma tarefa intensa e de longo prazo. Esse seminário é um foro qualificado para disseminação e atualização de informações e conhecimento. Quanto mais se promove ações para difusão da ética e boas práticas, maior será a eficácia da gestão pública”.

Painel

No primeiro dia de evento, os presentes ainda debateram o papel das autoridades na consolidação da cultura ética no painel composto pelos ex-Presidentes da CEP, André Ramos Tavares e Mauro Menezes, e pelo atual Presidente, Edson Sá Teles. Participou como moderador o Conselheiro do Colegiado Manoel Caetano. Na ocasião, foi feita uma homenagem aos painelistas em reconhecimento à rica contribuição à gestão da ética pública.



Manual voltado às comissões de ética setoriais é lançado durante seminário



O segundo dia do XXIII Seminário Ética na Gestão, 1º de junho, teve início com uma manhã reservada às comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, na qual foi lançado e distribuído aos presentes o [Manual de Comissão de Ética Setorial do Poder Executivo Federal](#). O documento organizado pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP/CEP) traz informações importantes acerca do Sistema de

Gestão da Ética Pública (SGEP), do funcionamento de uma comissão de ética setorial (CES) e de sua secretaria-executiva, bem como modelos de documentos e expedientes a serem utilizados pelos colegiados.

“Este Manual foi elaborado com o intuito de melhorar a interlocução do nosso Colegiado e da nossa Secretaria-Executiva com as comissões de ética setoriais, na medida em que detalha um passo a passo do funcionamento de uma comissão para que possam



executar seus trabalhos com mais tranquilidade”, explicou o Presidente da CEP, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles.

O Conselheiro Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega destacou a importância do documento, tendo em vista que reforça o papel das comissões setoriais dentro do Sistema. “Temos mais de 250 comissões de órgãos e instituições com realidades diversas. As comissões têm, então, uma missão pedagógica acerca do tema da ética para que seja dada concretude àquilo que se busca das autoridades e agentes públicos. As regras existem, mas, às vezes, não são claras. O trabalho das comissões é orientar para que seja possível uma maior segurança nos trabalhos executados. Com esse material, reforçamos, mais uma vez, o compromisso da CEP de apoio às comissões setoriais”, disse.

Clarice Knihs, Secretária-Executiva da CEP, esclareceu que o documento foi feito para auxiliar, principalmente, aqueles que estão se iniciando nos trabalhos de gestão da ética. “Nossa ideia foi começar com uma versão inicial, mas que será atualizada e aprimorada constantemente, também contando com a contribuição das CES”, resumiu. Clarice lembrou, ainda, que [outros dois guias estão disponíveis na página da CEP](#): um voltado aos dirigentes, que trata sobre a constituição de uma comissão de ética setorial, e um voltado aos entes federativos, que



foram elaborados a partir de acordos firmados entre a CEP e instâncias fora da administração pública federal.

Também durante a manhã, a Comissão de Ética da Funarte, representada por seu Secretário-Executivo, José Moreira, e pelo Presidente,



Marcos Felipe, participou do evento apresentando a instituição, além de projetos e resultados de seu colegiado.

Em seguida, os participantes tiveram a oportunidade de obter informações relevantes sobre o Sistema de Gestão da Ética e sobre o Processo Ético em uma miniaula ministrada pela Secretária-Executiva da CEP, Clarice Knih, e pela Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética substituta, Ana Maria Machado. Nessa primeira reunião de 2023



entre a Secretaria-Executiva da CEP e as comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, os presentes tiveram a oportunidade, ainda, de conversar e tirar dúvidas acerca de assuntos concernentes à matéria ética.

Painéis Gerenciais

Encerrando a manhã, a Coordenadora-Geral de Análise de Conflito de Interesses, Ana Maria Guimarães, apresentou o [Painel Gerencial de Conflito de Interesses](#), lançado em abril deste ano. O painel é uma importante ferramenta, em formato digital, que permite ao usuário interagir com os dados gerenciais e conhecer as deliberações da CEP sobre o tema. A ferramenta está prevista na [Resolução CEP nº 18/2023](#),

que aprova a disponibilização de painéis gerenciais construídos por meio de ferramenta de tecnologia da informação para publicação dos resultados do trabalho do Colegiado. A iniciativa está em consonância com o princípio da publicidade, insculpido no



art. 37 da Constituição Federal, e com o direito fundamental de todo cidadão brasileiro à informação e à gestão pública transparente, conforme [Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Também está disponível para consulta na página da CEP o [Painel Gerencial do Sistema de Gestão da Ética](#), que conta com elementos referentes à gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais, especialmente em relação à atuação das comissões de ética setoriais integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, do qual a CEP é o órgão central. As informações contidas no painel foram extraídas dos formulários preenchidos pelas comissões de ética setoriais na 24ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética, realizada pela CEP ao longo de 2022.

Em breve será disponibilizado, também, o Painel Gerencial de Processos Éticos, que apresentará o cenário sobre denúncias e representações recebidas pela CEP envolvendo altas autoridades da Administração Pública federal.

Debates sobre assédio e prevenção a conflito de interesses encerram Seminário

Na tarde de encerramento do XXIII Seminário Ética na Gestão, em 1º de junho, a Conselheira da Comissão de Ética Pública (CEP) Kenarik Boujikian proferiu a palestra "Prevenção ao Assédio no Serviço Público Federal". Na ocasião, citou três conceitos relacionados ao tema - discriminação, assédio sexual e assédio moral - e lembrou que a comissão de ética de uma instituição deve ser um local de acolhimento para

vítimas dessas situações, com tratamento humanizado e menos burocrático. “A

comissão tem que ser como um porto seguro. Temos uma estrutura patriarcal que, durante anos, jogou todos esses problemas para baixo

do tapete. Agora é a hora de levantar esse tapete e enfrentar o desafio. Precisamos construir uma cultura ética eficiente para eliminar situações de assédio do serviço público definitivamente, pois as consequências desses casos são danosas não só à vítima, mas a todo o ambiente ao redor, inclusive ao público servido e à instituição como um todo”.



Conflito de Interesses

O Painel “Prevenção ao Conflito de Interesses”, moderado pelo Conselheiro da CEP Bruno Espiñeira, contou com a participação do também Conselheiro da CEP Antonio Carlos Nóbrega, da Secretária de Integridade Pública da CGU, Izabela Correa, do ex-Conselheiro da CEP Luiz Augusto Fraga Navarro, e de Reinaldo Couto, membro da Advocacia-Geral da União e Professor da Universidade da Bahia.

Os debates foram iniciados a partir da fala do Conselheiro Antonio Nóbrega, que esclareceu o papel da CEP na prevenção do Conflito de Interesses: “A atuação da CEP vem sendo aprimorada,



não porque houvesse falhas em suas decisões pretéritas, mas sim para incorporar novas interpretações da lei, preencher lacunas e ajustar entendimentos do Colegiado diante de situações de possível conflito de interesses não previstas anteriormente e que passaram a fazer parte da realidade do serviço público nos últimos exercícios”.

Por sua vez, o ex-Presidente da CEP Luiz Augusto Navarro foi instigado a falar sobre a decisão do Colegiado de chamar para si a competência em relação aos conselheiros de administração das estatais: “Confesso que eu mesmo tinha dúvidas sobre a questão, mas acredito que a CEP tenha tomado a melhor decisão, diante da vigência da Lei nº 13.303/2016, que incluiu os conselheiros de administração entre os cargos de maior responsabilidade nas empresas públicas. É importante que os debates sobre o assunto continuem, principalmente entre CEP e CGU, para aparar algumas arestas que possam existir, ainda”.



A seguir, o moderador, Conselheiro Bruno, passou a palavra à Secretária de Integridade Pública da CGU, Izabela Correa, perguntando-lhe em quais casos situações de conflito de interesses são observadas com mais intensidade nas análises

promovidas pela CGU, por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCi). Segundo Izabela, a CGU tem se esforçado para orientar o servidor público a mitigar o risco de se envolver em situações de conflito de interesses em vários temas. “Não é tarefa fácil, considerando que o serviço público é composto por centenas de carreiras, cada qual com sua especificidade. No entanto, para responder à questão, nossas observações apontam que as áreas mais sensíveis são as que envolvem servidores públicos com pretensão de prestar serviços jurídicos ou consultoria ao setor privado”.

A próxima contribuição aos debates partiu do Professor Reinaldo Couto, que esclareceu à plateia sobre a importância de se construir leis que



tipifiquem claramente as diversas situações que possam envolver uma questão, de modo a diminuir a subjetividade e interpretações diversas em torno da mesma matéria. “A norma deve ser clara, de preferência

com tipificações exatas, quando for possível, para que o gestor possa aplicá-la sem incorrer em erros ou interpretações diversas daquela que originalmente se pensou”.

Após responder às dúvidas da plateia, os debates foram encerrados pelo moderador, com palavras de agradecimento aos participantes.

Encerrando a programação do Seminário, aconteceu a cerimônia de premiação dos vencedores do VIII Concurso “Boas Práticas na Gestão da Ética”.

Após a entrega das homenagens, o Presidente e conselheiros da CEP presentes encerraram o evento agradecendo a presença dos participantes e ressaltando o trabalho da Secretaria-Executiva da CEP, bem como das comissões na gestão da ética.

O Presidente da CEP convidou todos para os eventos regionais, que serão realizados no segundo semestre, em data e local a serem confirmados.

Inscrições abertas para Curso de Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO

Estão abertas as inscrições para duas turmas do curso de [Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO](#), cada uma com 35 vagas. As inscrições para a primeira turma vão até o dia **23 de julho** e, para a segunda, até **30 de julho**, e devem ser feitas na [página da Escola Nacional de Administração Pública](#) (ENAP). As aulas ocorrerão de 1º a 4 de agosto e de 8 a 11 de agosto, respectivamente. Ambas as turmas ocorrerão no turno matutino.

O curso é ofertado pela Comissão de Ética Pública (CEP), em parceria com a ENAP, na modalidade remota, ou seja, em uma sala virtual, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, e participantes e professor irão se encontrar nos dias e hora marcados. As vagas disponíveis são prioritariamente para membros e secretários(as)-executivos(as) de comissão de ética e é **necessário** que o inscrito tenha concluído o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, disponível na página da ENAP, que pode ser feito a qualquer momento.

Os principais tópicos a serem abordados nas aulas serão: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

Resoluções da CEP; Deveres e Dilemas Éticos da Profissão; Ética como instrumento de Gestão; Competências e funcionamento da Comissão de Ética Pública e sua Secretaria-Executiva; Decreto nº 6.029/2007; composição, competências e funcionamento da Comissão de Ética Pública e sua Secretaria-Executiva; composição e competências da Comissão de Ética setorial. Compromisso institucional: organização e funcionamento: plano de comunicação (campanhas de prevenção e divulgação), gestão Documental dos trabalhos da Comissão; Plano de Trabalho da Comissão de Ética; Estudo da Resolução CEP nº 10/2008.

Informações sobre novas turmas do curso Básico e Avançado serão disponibilizadas oportunamente pela CEP.

Trilha de Aprendizagem da Ética

A [trilha de aprendizagem da Ética](#) inicia-se com o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, que pode ser feito a qualquer momento, inclusive antes do ingresso de um membro em uma comissão de ética.

O [curso Básico de Gestão e Apuração da Ética Pública](#) é o segundo na Trilha de Aprendizagem para membros das CES. A capacitação encerra-se com o curso Avançado, que aborda questões como dia-a-dia da Comissão de Ética: estudo do Código de Ética e do funcionamento da Secretaria-Executiva; Gestão da Ética Aplicada: gestão de conflitos interpessoais no ambiente de trabalho e compartilhamento de boas práticas; e Processo de Apuração Ética Aplicado: apresentação de precedentes sobre rito processual.

FALA, COMISSÃO!

Comissão e representantes locais de Ética da Receita Federal participam de workshop

De 11 a 13 de abril, 19 integrantes da Rede de Ética da Receita Federal participaram de um trabalho a partir do qual definiram, de forma colaborativa, a missão, os papéis e responsabilidades da comissão e dos representantes locais de Ética, bem como os fatores determinantes para que as iniciativas do grupo tivessem sucesso. O encontro, que ocorreu em Recife, reuniu representantes das dez regiões fiscais, além dos membros da Comissão de Ética da Receita Federal (CE-RFB).



Batizado de “Jornada de cocriação e desenvolvimento da rede de gestão da ética”, o evento contou com um conjunto de dinâmicas de integração e atividades diversas, entre elas contribuições à minuta de texto anexo à portaria de designação de representantes locais e suplentes, elencando as atribuições dos que assumem essa função. Os participantes também identificaram fatores críticos, isto é, possíveis obstáculos, bem como as condições necessárias para que os representantes tenham sucesso no desempenho de suas atividades. Por fim, houve discussões para planejar as ações desenvolvidas pela rede de ética em 2023/2024, já com a especificação de prazos e responsáveis.

O último dia de encontro foi dedicado ao compartilhamento de experiências e informações relacionadas à temática da ética.

(Com informações da Comissão de Ética da RFB)

Sua Comissão de Ética tem promovido ações e/ou eventos relacionados à Ética?

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública.

Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>



EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-
Executiva da Comissão de Ética Pública**

Edição 59 – Junho de 2023

Secretária-Executiva

Clarice Knihs

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética

Ana Maria Machado Marques (Coordenadora-Geral Substituta)

Eliane de Godoi Menezes

Maria Célia Effori Palomba

Natália Roberta de Sousa Morato

Sara Neves Rozendo (Estagiária)

Textos

Natália Morato

Diagramação

Natália Morato

Minuto da Ética

Maria Célia Palomba,

com contribuições de Ana Maria Machado e Natália Morato



MINUTO DA ÉTICA

Boletim da Rede Ética do Poder Executivo Federal

Junho 2023

DÊ O SANGUE!

Estamos em junho, e, neste mês, uma das companhias de conscientização diz respeito à **doação de sangue**, em referência ao Dia Mundial do Doador de Sangue (14/06). A instituição do “**Junho Vermelho**” faz com que, nacionalmente, haja uma mobilização para tal ação. Quem doa sangue doa vida e pode salvar pessoas!

Você conhece alguém que “deu o sangue” para realizar ou obter algo? A expressão refere-se ao esforço máximo que se pode empregar. Afinal, quem está disposto a dar o sangue é capaz de gastar um pouco de sua própria vida para atingir um objetivo. O ato de se doar ilustra o **empenho** e a **dedicação** de alguém que coloca o coração em uma atividade.

Não é à toa que popularmente o ato de doar sangue representa **engajamento e empatia**, porque dele resulta vida! Não há nada mais altruísta do que dar o sangue por uma causa ou por alguém.

No ambiente laboral, quando falamos em “dar o sangue”, a atitude está associada ao **compromisso e senso de pertencimento** de um colaborador em uma organização. Tal qual a nobre

atitude de doar sangue, o Código de Ética, ao prescrever que

“A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina” (inciso IX),

espera que nós nos empenhemos diligentemente para o engrandecimento da nação por meio do exercício da nossa profissão, que possamos dar o nosso máximo para o **bem público**.

Isso é dar o sangue pelo país!

Longe de ser um grande encargo, é um **privilegio** especial de quem está no serviço público! Temos a oportunidade de contribuir para o bem-estar da sociedade através do nosso servir, como diz o Código de Ética:

“O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar”.

Diante de tamanha importância, que possamos nos empenhar nas nossas atribuições, dedicando-nos de forma íntegra e coerente, **dando nosso sangue para o bem de uma sociedade melhor**.

Conte com a Comissão de Ética **(do(a) órgão/entidade)** nessa jornada.